

IC - Inquérito Civil n. 06.2022.00002588-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

REIS & MIURA LTDA (MONKEY), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 43.806.288/0001-07, com sede na Avenida Central, 105, Loja 04, Centro, neste município de Balneário Camboriú/SC, representada por Natal Modenuti dos Reis, inscrito no CPF sob o n. 043.724.189-06, acompanhado do Dr. Fabiano Moreira da Cruz, inscrito na OAB/SC n. 45793, ora **COMPROMISSÁRIA**, firmam o presente:

CONSIDERANDO que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, do artigo 5º, inciso II, e do artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o artigo 18, §6º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação,

distribuição ou apresentação;

CONSIDERANDO que o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor veda ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, a de colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

CONSIDERANDO que o art. 55, §1º, do Código de Defesa do Consumidor destaca que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO que a Convenção de Quadro para Controle do Tabaco, promulgada através do Decreto n. 5.658/2006, proíbe a comercialização, importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.782/1999, em especial os artigos 6º e 8º, §1º e inciso X, que conferem à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, inclusive cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 46/2009 da ANVISA proibiu a comercialização, importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarro eletrônico;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00001769-5, para acompanhar as políticas públicas implementadas para fiscalização do comércio ilícito de cigarros eletrônicos e utilização de câmaras de bronzamento para fins estéticos na Comarca de Balneário Camboriú;

CONSIDERANDO que, naqueles autos, foi solicitada a realização

de ação conjunta à Vigilância Sanitária, PROCON e Polícia Civil para fiscalização de estabelecimentos localizados neste Município;

CONSIDERANDO que no curso do ato fiscalizatório solicitado foi constatado, em 05 de abril do corrente ano, a comercialização de produtos proibidos pelo estabelecimento **REIS & MIURA LTDA (Monkey)**, tendo sido apreendidos 841 itens, dentre aparelhos, essências e acessórios para fumo eletrônico, fato que culminou na expedição do Auto de Infração n. 3344/2022 e Auto de Apreensão n. 132/2022;

CONSIDERANDO que, além da comercialização de cigarros eletrônicos e acessórios, foram constatadas as seguintes irregularidades: ausência da exposição do número de telefone do PROCON e ausência de disponibilização de exemplar do Código de Defesa do Consumidor e cartaz informativo sobre sua disponibilidade;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a não comercializar, importar, exportar, produzir, fabricar, adquirir, vender, oferecer ou ter em depósito quaisquer acessórios (aparelhos, essências, etc) e dispositivos eletrônicos para fumo, conhecidos como cigarros eletrônicos, e-cigarretes, e-ciggy, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo;

Parágrafo único: O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

CLÁUSULA 2ª - A compromissária compromete-se a instalar, na fachada/vitrine do estabelecimento, de forma visível aos consumidores, placa de tamanho não inferior a 60cm de largura x 30cm de altura, com o seguinte teor em fonte não inferior a "arial 96": "Proibida a venda e utilização de cigarros eletrônicos e

seus acessórios";

Parágrafo 1º: O teor da placa (foto e/ou arte) deverá ser amplamente divulgado nos perfis mantidos pela compromissária nas redes sociais, em postagem fixa no *feed/linha do tempo*;

Parágrafo 2º: A compromissária deverá deletar/excluir todas as postagens relacionadas ao uso/comercialização de cigarros eletrônicos e seus acessórios dos perfis mantidos nas redes sociais (*feed, linha do tempo, destaques, reels, stories*, etc);

Parágrafo 3º: O descumprimento da cláusula 2ª e seus parágrafos 1º e 2º implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

Parágrafo 4º: A compromissária compromete-se a comprovar o cumprimento integral da cláusula 2ª e seus parágrafos, no prazo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 3ª - A compromissária compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 12 (doze) salários mínimos, em 12 parcelas, com início de vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

Parágrafo único: O inadimplemento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 4ª - A compromissária compromete-se a adotar, a partir da assinatura do presente termo, as medidas necessárias para correção das irregularidades apontadas pelo PROCON, em especial em relação à ausência da exposição do número de telefone do PROCON, ausência de disponibilização de exemplar do Código de Defesa do Consumidor, e ausência de cartaz informativo sobre sua disponibilidade;

Parágrafo único: O descumprimento da cláusula 4ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de

R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

CLÁUSULA 5ª - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 6ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 7ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 8ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 13 de junho de 2022.

Alvaro Pereira Oliveira Melo
Promotor de Justiça

Natal Modenuti dos Reis

REIS & MIURA LTDA (MONKEY)

Dr. Fabiano Moreira da Cruz

OAB/SC n. 45793